

FIM DA GREVE

Servidores da 22ª Ciretran encerram greve e retornam com atendimentos

>> **Lucélia Andrade**
Redação DS

Após 30 dias em greve servidores da 22ª Ciretran de Tangará da Serra retornaram com os trabalhos nesta segunda-feira. A decisão foi tomada pela categoria em assembleia geral realizada na última sexta-feira em Cuiabá. Os servidores reivindicam o pagamento integral da Revisão Geral Anual (RGA), fixada em 11,28%.

A categoria encerrou a greve um dia após a Justiça estadual proibir o governo do estado de cortar o ponto dos servidores em greve do Detran e da Segurança Pública, sob pena de multa diária de R\$ 100

mil, em caso de descumprimento. A Justiça já havia determinado aos servidores da autarquia para que retornassem imediatamente ao trabalho no dia 3 deste mês, atendendo a uma ação interposta pelo estado.

Por meio de nota, o Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito (Sinetran) afirmou que os servidores rejeitam a lei aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governo do estado, que prevê o pagamento de 7,36% da RGA em três parcelas, condicionando o percentual restante ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

De acordo com a servidora da 22ª Ciretran de Tangará, Roseli Dizeró, a partir de agora a categoria vai buscar o cumprimento de seus direitos através de medidas judiciais, uma vez que a partir da aprovação da lei pela Assembleia Legislativa para o pagamento do RGA, o governo, de acordo com ela extinguiu a possibilidade de negociação com a categoria. “O projeto aprovado não chega nem perto do que de fato é nosso direito garantido por lei, pela Constituição Federal e Estadual. Ele [governo] aprovou uma lei arbitrária e inconstitucional”, disse Roseli ressaltando que os servidores vão acionar a justiça para derrubá-la.



Filas se formaram em frente ao órgão, no primeiro dia após o término da greve

INVESTIGADORES PARADOS



“Falta de respeito com o servidor”, afirma investigador

Tangará: investigadores mantêm greve por tempo indeterminado

>> **Lucélia Andrade**
Redação DS

Na Delegacia Judiciária de Polícia Civil de Tangará da Serra, escrivães e delegados retornaram com os trabalhos. Já os investigadores decidiram manter a greve por tempo indeterminado. Somente 30% dos trabalhos são mantidos. Registros de Boletins de Ocorrência (BOs) de roubo, furto de veículo e homicídio estão sendo confeccionados.

Desde que a greve teve início, o estado fez quatro propostas de pagamento da RGA, mas todas foram recusadas. O governo também recorreu à Justiça e conseguiu liminares

favoráveis para encerrar o movimento grevista de setores como meio ambiente, saúde, segurança pública e sistema penitenciário. “A lei aprovada pelo governo não condiz com a realidade. Além de não pagar os 11,28% que é nosso direito, vai parcelar os 7,36% sem o retroativo. É pior que o anterior”, disse o investigador André Luiz de Matos.

Ele informou que assim como as demais categorias, os investigadores vão acionar a justiça para derrubar a lei aprovada. “É uma falta de respeito muito grande com os servidores. Mas vamos esperar que a justiça decida por isso”, frisou.

GREVE DOS SERVIDORES

Servidores da educação mantém greve por tempo indeterminado



Representantes dos sindicatos estão concentrados em tenda, na praça da antiga prefeitura

>> **Paulo César Desidério**
Redação DS

A greve dos servidores do funcionalismo público estadual continua ganhando novos capítulos. Mesmo com o retorno ao trabalho por parte de alguns sindicatos, tanto o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso (Sintep), quanto a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Adunemat) seguem irredutíveis na exigência do pagamento integral da Revisão Geral Anual (RGA), no teto de 11,28%.

Na semana passada, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto do governo do estado que propunha o pagamento de apenas 7,54% de forma parcelada. Os sindicatos consideram a proposta inconstitucional, uma vez que a legislação estadual não pode desrespeitar as leis federais, caso do RGA. Rogério Añez, membro da diretoria da Adunemat, relatou que uma assembleia está marcada para a próxima quinta-feira, 7, onde os rumos da greve serão discutidos. “Ainda estamos em greve. Hoje tivemos uma assembleia, mas não foi para deli-

berar se a greve para ou continua. Foi para qualificar nosso debate, para que tirássemos dúvidas, para que sindicalizados e não sindicalizados entendessem porque ainda estamos parados. No momento, ninguém falou sobre interromper o movimento”, afirmou.

Além da Adunemat, há o Sindicato dos Técnicos do Ensino Superior do Estado de Mato Grosso (Sintemat), que também está com as atividades paralisadas. Com relação ao Sintep, os servidores se reuniram em assembleia estadual na tarde de ontem em Cuiabá. Por unani-

midade decidiu-se que a greve segue também entre os profissionais que trabalham nas escolas estaduais.

Representantes dos sindicatos estão concentrados em uma tenda, localizada na praça da antiga Prefeitura. Várias atividades já foram e ainda serão desenvolvidas para difundir o movimento:

“Aqui na tenda nos reunimos de segunda a sexta. Aqui nós conversamos com a sociedade para que eles entendam o movimento, falamos sobre direitos, mobilização e propomos ações”, concluiu Añez.